

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LIGIA CARLA GABRIELLI

COMO O COMPORTAMENTO DO ELEITOR PODE TRADUZIR AS POSIÇÕES DE
DIREITA E ESQUERDA NO BRASIL: REVISÃO TEÓRICA DOS CONCEITOS PARA
DEFINIÇÃO DO VOTO.

CURITIBA

2013

LIGIA CARLA GABRIELLI

COMO O COMPORTAMENTO DO ELEITOR PODE TRADUZIR AS POSIÇÕES DE
DIREITA E ESQUERDA NO BRASIL: REVISÃO TEÓRICA DOS CONCEITOS PARA
DEFINIÇÃO DO VOTO.

Trabalho apresentado como requisito para
obtenção do grau de Especialista em
Comunicação Política e Imagem, Setor de
Ciências Humanas Artes e Letras da Universidade
Federal do Paraná.

Orientação: Luciana Fernandes Veiga
Co-orientação: Nelson Rosário de Souza

CURITIBA

2013

RESUMO

O presente trabalho vai revisar as teorias existentes sobre o comportamento do eleitor. Pesquisadores analisam o que o indivíduo leva em conta, ao decidir em qual candidato votar. Será feita uma revisão das teorias que dividem os eleitores, de acordo com as decisões que tomam. E vamos ainda revisar as explicações que indicam a influência dos fatores externos nesta decisão. E a partir desse contexto, vamos situar o eleitor numa escala ideológica entre direita e esquerda. Para chegar a estas conclusões, o trabalho vai seguir o que dizem os pesquisadores que analisaram diferentes disputas brasileiras.

Palavras-Chave: comportamento eleitoral, ideologia, voto, direita e esquerda.

ABSTRACT

This paper will review existing theories of voter behavior. Researchers analyze what the individual takes into account when deciding which candidate to vote. There will be a review of the theories that divide voters, according to the decisions they make. And we will also review the explanations that indicate the influence of external factors in this decision. And from that context, we place a voter ideological scale between right and left. To reach these conclusions, the work will follow you say researchers who analyzed different Brazilian disputes.

Key word: voting behavior, voting, ideology, right and left.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS EM CAXIAS DO SUL (1966/1976).	17
TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DE RESPOSTAS À PERGUNTA: “O SR. SE CONSIDERA DA ARENA, DO MDB, OU DE NENHUM DOS SOIS?”	18
TABELA 3 – ESCOLHA PARA PREFEITO POR IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA.....	18
TABELA 4 – PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA POR OCUPAÇÃO.....	19
TABELA 5 – PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA ATUAL E AUTO-IDENTIFICAÇÃO DE CLASSE SOCIAL.....	20
TABELA 6 – PERFIL DA OPINIÃO DO ELEITORADO DE CAXIAS DO SUL, 1976.	21
TABELA 7 – RESULTADO DO PRIMEIRO TURNO DA ELEIÇÃO DE 1989.....	24
TABELA 8 – EVOLUÇÃO DA INTENÇÃO DE VOTO (ESTIMULADA) NO SEGUNDO TURNO.....	25
TABELA 9 – SIGNIFICADO DE “ESQUERDA”, SEGUNDO ESCOLARIDADE.	29
TABELA 10 – SIGNIFICADO DE “DIREITA”, SEGUNDO ESCOLARIDADE.....	30
TABELA 11 – PREFERÊNCIA POR CANDIDATOS À ESQUERDA OU À DIREITA, SEGUNDO ESCOLARIDADE DOS ELEITORES.	31
TABELA 12 – INTENÇÃO DE VOTO, SEGUNDO PREFERÊNCIA POR ESQUERDA OU DIREITA.....	32
TABELA 13 – CORRELAÇÃO ENTRE PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA E PREFERÊNCIA POR ESQUERDA OU DIREITA, SEGUNDO ESCOLARIDADE. ...	32
TABELA 14 – POSICIONAMENTO NA ESCALA ESQUERDA-DIREITA, SEGUNDO ESCOLARIDADE.	33
TABELA 15 – INTENÇÃO DE VOTO, SEGUNDO POSICIONAMENTO ESQUERDA-DIREITA.	34
TABELA 16 – INTENÇÃO DE VOTO, SEGUNDO AVALIAÇÃO DO PLANO REAL, CONTROLADA PELO POSICIONAMENTO NA ESCALA ESQUERDA-DIREITA.....	35

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. CONCEITO DIREITA E ESQUERDA	9
3. IDEOLOGIA E VOTO	12
3.1 VALORES QUE DEFINEM O VOTO: CONCEITOS PARA AS TEORIAS DA RACIONALIDADE, SOCIOLÓGICA E PSICOLÓGICA	12
3.2 TEORIA DA RACIONALIDADE	12
3.3 TEORIA SOCIOLÓGICA	13
3.4 TEORIA PSICOLÓGICA	14
4. VOTO NO BRASIL – EXEMPLOS ANÁLISE DE ELEIÇÕES PARA SITUAR O ELEITOR ENTRE DIREITA E ESQUERDA NO BRASIL	16
4.1 ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1976 EM CAXIAS DO SUL	16
4.2 O CONFRONTO ESQUERDA-DIREITA NO PLEITO PRESIDENCIAL DE 1989	21
4.3 PREFERÊNCIA E POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 E DE 1998	28
5. CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

As teorias existentes indicam que o comportamento do eleitor leva em consideração o custo benefício que o voto pode gerar para o indivíduo ou para sua comunidade. E numa escala mais ideológica esse comportamento é guiado por valores que podem ser adquiridos por grupos; ou de acordo com a identidade cultural de cada um. Essas atitudes são definidas em três teorias: a da racionalidade, a psicológica e a sociológica.

Neste trabalho vamos revisar os conceitos dessas teorias e detalhar os conceitos de autores que se debruçaram sobre os temas.

Anthony Downs (1999) que deu origem a primeira defesa da Teoria da Racionalidade, contribuiu para verificação de que 70% do eleitorado decide em quem votar, projetando benefícios econômicos no candidato que deve receber seu voto. Nessa corrente, o eleitor age como um juiz, criando expectativas sobre o possível eleito e como ele poderia ter benefícios em sua vida se vencesse o processo eleitoral. Aos restantes 30%, entre aqueles que levam em conta os parâmetros definidos pelas Teorias Psicológica e Sociológica. Na análise da corrente sociológica, veremos o que defende André Singer em *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro* (1999) que defende que questões econômicas ou culturais não apagam o alinhamento partidário existente na formação prévia da opinião do indivíduo, na escala que o posiciona ideologicamente. Ele analisa através das pesquisas realizadas, quais fatores indicam o autoposicionamento do eleitor, na escala direita esquerda, que nos interessa mais a frente e também veremos detalhamento de Malco Braga Camargo (1999) sobre o que esperam os eleitores, se estão ligados ao passado ou ao futuro. E para conceituar a Teoria Psicológica, vejamos o que diz Marcus Faria Figueiredo em sua tese de doutorado *A teoria psicológica do comportamento eleitoral* (1991). Ele avalia como o ambiente social, principalmente a família influencia no direcionamento político da pessoa. Também vamos revisar através deste trabalho, como se deu a Teoria de Michigan (EUA), importante para o debate sobre o posicionamento ideológico do eleitorado.

A partir dessa ideia de como o cidadão define seu voto, vamos verificar como o indivíduo se posiciona ou pode ser posicionado entre esquerda e direita. Vamos utilizar diferentes cenários eleitorais do Brasil que fazem referência a esse

posicionamento. Como a análise de Héglio Trindade e Judson de Cew em *Os partidos e o regime, A lógica do processo eleitoral* (1978) que faz a confrontação política para a decisão de voto nas eleições municipais de 1976 em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul e testa como o grau de escolaridade e a instrução política influencia no posicionamento ideológico. E como Singer, posiciona o eleitor na eleição presidencial de 1989, considerada o primeiro grande confronto entre esquerda e direita, em nível nacional, no Brasil.

Outra análise que será considerada nesta revisão é a distinção feita por Yan de Souza Carreirão em *A decisão dos votos nas eleições presidenciais* (2002). Carreirão discute, antes de posicionar o eleitor na escala Direita Esquerda, se o indivíduo sabe compreender o significado dessa proposta e se consegue situar-se entre uma ou outra posição. Carreirão analisa pesquisas realizadas em diferentes eleições, e define que 42% dos eleitores não conseguem verbalizar qualquer significado político para noções de “esquerda” ou “direita” quando solicitados a fazê-lo. (CARREIRÃO, 2002). Cenários, ou melhor, algumas eleições utilizadas nas análises para obter a divisão do eleitorado brasileiro também serão citadas.

Ainda vamos mostrar como surge o conceito que pode dividir o voto, entre uma linha ou outra. O autor Norberto Bobbio em *Direita e Esquerda, razões e significados de uma distinção política* (1995) é a fonte utilizada para aprofundar o conceito. Estudioso do tema ele afirma que ao longo dos anos a força representativa das duas posições sofreram crises de identidade e as definições para direita e esquerda que ainda existem não são mais as mesmas. Bobbio nos ajuda a entender como forma se formando as frentes ideológicas para introduzir essa revisão teórica.

2. CONCEITO DIREITA E ESQUERDA

A contraposição entre direita e esquerda mostra um exemplo típico da divisão dos termos empregados ao longo de séculos indicando contrastes entre ideologias e movimentos que conflitam a respeito de um determinado pensamento ou das ações políticas, são as chamadas *díades* existentes nos debates como cita Bobbio (1995). As condições para se caracterizarem distintivamente, precisam ser reciprocamente excludentes. O autor considera que nenhuma doutrina ou movimento pode ser simultaneamente direita e esquerda. Bobbio nos lembra que a distinção no universo político nasceu a partir da Revolução Francesa, que dividiu o posicionamento dos indivíduos em duas partes opostas, simplificadas como favoráveis ou contrárias a um regime.

Mas Bobbio não simplifica o uso das expressões, mesmo levando em conta que ao longo dos últimos anos, houve um profundo debate no qual alguns pesquisadores apontam para a inexistência das duas frentes, no âmbito eleitoral ou político. Bobbio, defende que os termos ainda indicam programas distintos com relação as questões políticas e seria um erro reduzi-los ou desacreditá-los. Apesar disso, ressalta que o emprego de direita e esquerda já não corresponde ao mesmo da época em que nasceram para indicar movimentos e frentes políticas opostas ou diferentes.

Ao se discutir os dois extremos, pode-se indicar a existência de uma linha central, o tão discutido posicionamento de “centro” que se coloca distante das duas outras considerações, formando uma *tríade*, ou o também chamado de “Terceiro Excluído” do nosso autor. Bobbio considera a posição intermediária de acordo com a lógica da linguagem, entre uma e outra: “direita – centro – esquerda”. E exemplifica que “*assim como entre o branco e preto pode existir o cinza*”, esta nova tonalidade não elimina as características próprias das outras duas. Mas ele admite também que nos sistemas democráticos com evidente pluralismo, a tendência é encontrar um “centro” que pode ocupar a mais ampla parte do sistema político. Até porque, permite designar a individualização central próxima da esquerda ou da direita, o que aumentaria as posições de três para cinco, uma *pentíade*. Na qual ele considera que as novas separações favorecem a desarticulação do sistema político. Em sistemas proporcionais divisão é tão grande que as partes se multiplicam até dar origem a

uma *multíade*, de inúmeras posições. Nomenclatura mais próxima do que ele considera a atualidade e que poderia aceitar assim a rejeição à velha dupla: direita e esquerda, mas sem dimensionar qual seria o lado mais forte, já que na história dos quadros políticos, uma não anularia a outra e o poder de cada frente, dependeria do ângulo a ser considerado.

“Quando o fascismo, considerado um movimento de direita, caiu fragorosamente – e, segundo grande parte da opinião pública mundial, de modo bem justo -, a esquerda por contraste subiu tanto, que a direita pareceu ter desaparecido, ou pelo menos ter perdido a tal ponto a reputação que seria impossível a sua própria sobrevivência”. BOBBIO (1995 – página 44 – linha 25).

Mas ao se levar em conta o cenário mundial, o autor afirma que a alternância mostrada, em diversos países, acentua a existência das duas posições, desce a direita, sobe a esquerda. E mesmo com a existência de dúvidas sobre a força de cada uma, as perguntas teimam em surgir: “Mas ainda existe a direita?”, e após a queda dos regimes comunistas se ouviria o contrário: “Mas ainda existe a esquerda?”. A resposta, estaria nos movimentos que surgem a cada nova eleição ou na posição do eleitor diante de um determinado momento. Para aceitar melhor a existência das duas frentes Bobbio cita Karl Mannheim cuja teoria é de que o uso crítico dos dois conceitos só seria possível, quando se avalia a história concreta. E aqui ele interpreta as posições como um pano de fundo, para além dos sistemas adotados pelos governos, que muitas vezes mudam entre si, as posições que originariamente pertenceriam. Ou seja, nem mesmo os governos ou defensores das posições direita e esquerda seguem o que determinariam as diferenças.

Para se distinguir as duas frentes uma definição entre o tradicionalismo e a emancipação, ligadas aos dois pontos. “O homem de direita é aquele que se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a *tradição*: o homem de esquerda, ao contrário, é aquele que pretende acima de qualquer outra coisa, *libertar* seus semelhantes das *cadeias* a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe etc.”

Exemplos da história mostram que muitos conceitos, não são só de esquerda ou só de direita, foram e são usados para polemizar ou servir de motivo preconceituoso, como o militarismo, o laicismo, o anticomunismo, o individualismo, o progresso técnico, o recurso à violência que são citações da diferença essencial e usualmente colocadas como armas polêmicas e para dar falsas respostas à questão

da natureza da *díade*.

Bobbio resume, mas de maneira ampla e generalizada que as bases de “esquerda” defendem a igualdade e as desigualdades ficam na base de “direita”. Outro critério adotado sistematicamente para distinguir as alas é a postura que adotam os indivíduos em sociedade, a medida que se propõem a alcançar o ideal da paz (esquerda) ou da liberdade (direita).

Recorrendo aos contrastes históricos dominantes para as ideologias, existe uma terceira distinção: “*liberalismo e socialismo*”. Bobbio cita que a perda da liberdade golpeia naturalmente mais o rico que o pobre, para quem a liberdade de escolher o meio de transporte, o tipo de escola, o modo de vestir ou o alimento a se consumir, está impedido não por imposição pública, mas pela situação econômica na esfera privada. Mesmo nesta discussão, o autor entra em um detalhamento necessário, segundo ele: os conceitos de liberdade e de igualdade não são simétricos, enquanto a liberdade é um status da pessoa, a igualdade indica uma relação entre mais entes. É como se dizer: *você é livre*, tem sentido, mas dizer *você é igual*, tem sentido somente se houver uma comparação. São breves considerações para precisar a proposta de definir esquerda e direita com base no critério de igualdade e desigualdade. Ao lado dessa distribuição nasceria outra díade: liberdade – autoridade. Até porque, em diversos movimentos é feita a caracterização comum de que a direita em relação à esquerda é libertária (liberalismo), e a esquerda é igualitária (socialismo), Bobbio não concorda que somente desta forma sejam definidas as posições, mas utiliza critérios próprios.

“Se me for concedido que o critério para distinguir a direita da esquerda é a diversa apreciação (*aprezzamento*) da ideia de igualdade, e que o critério para distinguir a ala moderada da ala extremista, tanto na direita quanto na esquerda, é a diversa postura (*atteggiamento*) diante da liberdade, pode-se então repartir esquematicamente o espectro em que se colocam doutrinas e movimentos políticos nas quatro seguintes partes: a) na extrema- esquerda(...), b) no centro-esquerda(...), c) no centro-direita (...) e d) na extrema direita (...).”(Bobbio, 995, pagina 118 e 119).

E para concluir, coloca as duas correntes, numa consideração usual, mas não única como: direita – liberal e esquerda - social, nas quais os dois lados embora se hostilizem, não se opõem como inimigos. Ambos respeitam a opinião alheia e sabem que existe um limite para a aplicação do próprio princípio.

3. IDEOLOGIA E VOTO

3.1 VALORES QUE DEFINEM O VOTO: CONCEITOS PARA AS TEORIAS DA RACIONALIDADE, SOCIOLÓGICA E PSICOLÓGICA

As reflexões feitas por Bobbio mostram que não é tão simples definir teoricamente à direita e à esquerda, mas a partir da noção extraída e considerada neste trabalho, do que está mais próximo do liberal e do social, usaremos os conceitos das correntes definidoras do voto: racional, sociológica e psicológica, para que depois nos auxiliem a delinear se o eleitorado brasileiro está dividido, se sabe posicionar-se com relação a esta escala e se vota de acordo com esse padrão.

3.2 TEORIA DA RACIONALIDADE

Anthony Downs (1999) deu origem a primeira defesa da Teoria da Racionalidade, que contribui para verificação de que o eleitorado define em quem votar, projetando benefícios econômicos no candidato que deve receber seu voto. Nessa corrente, o eleitor age como um juiz, criando expectativas sobre o possível eleito e como ele poderia ter benefícios em sua vida se vencesse o processo eleitoral.

Downs apresenta claramente a ideia de que o indivíduo projeta para si, “micro” ou para os demais: “macro”, os efeitos das decisões no campo político, criando a teoria da “escolha pública”, indicando que o comportamento racional pode envolver a busca do poder político, status, prestígio social e isso não é menor que ganhos econômicos ou materiais, como ele sugere. As evidências estariam tanto na posição dos partidos políticos quanto dos eleitores nas diversas decisões. Os partidos tentam vencer as eleições, e derrotar os adversários, e os eleitores esperam melhorias para si, desta forma ambos se esforçam para atingir o objetivo. A atuação de Downs se detém a comprovar que os interesses são calculados, ele define o eleitor como racional e egoísta ao tomar esta decisão. Como a análise de

Downs, é feita sobre o sistema eleitoral norte-americano, no qual não existe obrigatoriedade de votar, se questiona porque o eleitor paga pelo custo de seu único voto, já que o impacto seria pequeno (um voto, diante do todo) ele produz nesta análise o chamado *paradoxo* da participação.

Ponto central da teoria é que para maximizar seus ganhos, os eleitores avaliam se vale a pena ou não sair de casa para votar, por isso, esperam benefícios caso seu candidato ganhe e esperam com seus únicos votos influenciar no resultado do pleito.

Mas esta teoria gera a seguinte indagação: se os eleitores são racionais e egoístas, por que “gastam” para escolher o candidato, citamos o custo para obter informações e também o tempo e energia para ir votar? Nesta resposta vários eleitores, segundo Downs, não deveriam comparecer às urnas, mas votam constantemente, o que o autor classifica como *paradoxal*. Para reforçar a tese racional, Downs avalia que o eleitoral segue a mesma tendência de avaliar o que é melhor para si, diante da identificação partidária. O que definiria também como valor agregado ao voto.

Malco Braga Camargo (1999) que valida as experiências de Dows, especifica que duas teorias derivam da racionalidade, a primeira define que os cidadãos votam retrospectivamente, de acordo com suas percepções do que o governante está fazendo por eles. Se a avaliação for positiva o voto será do mesmo governante, caso contrário, o voto será dado para um representante da oposição. Na segunda teoria os eleitores votariam prospectivamente, criando certas expectativas sobre o futuro, e a partir dessa consideração podem aqui também optar em manter ou não o político no cargo. E uma terceira frente ainda supõe que os dois posicionamentos não agem isoladamente e são praticados de forma simultânea, benefícios já conquistados que podem ser mantidos, inspiração retrospectiva e prospectiva.

3.3 TEORIA SOCIOLÓGICA

Para esta teoria o voto depende da posição social do indivíduo. Ao mapear a inserção em um determinado grupo, estaria determinada a posição política da

pessoa. A teoria sustenta que o indivíduo pensa politicamente, de acordo com o que faz socialmente. As diferenças e semelhanças seriam fatores de agregação: rico, pobre, a renda, a ligação com sindicatos de classe ou ainda a religião, entre os grupos mais comuns. A teoria nascida na Universidade de Columbia, mostra que o futuro do indivíduo, na esfera política, vai depender do grau de interação com seus pares próximos ou até com outros distantes, levando em conta a coerência de opinião que possuem no momento que a observação é feita. Os pesquisadores defendiam essa posição analisando que ao se divulgar informações quaisquer, sobre determinado tema, elas circulavam pela sociedade das mais variadas formas e chegavam às pessoas que não tinham conhecimento anterior do assunto. Dessa forma, a teoria defende que os contatos pessoais tinham mais influência sobre o eleitor. Figueiredo (1991) considera que a sociologia do voto torna o indivíduo prisioneiro de sua classe e origem social. Nesse modelo, o comportamento eleitoral seria definido a partir da “identidade política” estabelecida a partir da classe em que ele estaria envolvido. Figueiredo considera essa identidade estável. O conceito perderia força, por um período a partir do surgimento da teoria psicológica, mas em seguida os pesquisadores vão definir que as teorias definem parcelas de votos, e não são totalitárias.

3.4 TEORIA PSICOLÓGICA

Nesta teoria os defensores avaliam que o indivíduo deve ser analisado a partir de sua formação educacional, levando em conta a formação dos pensamentos que possuem sobre política, e quais meios utiliza para formar sua opinião.

Há de se ressaltar que a teoria leva em conta essa formação política ao longo da vida, e considera que os valores podem mudar com o passar dos anos. André Singer em *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro* (1999) cerca todas as possibilidades do comportamento eleitoral para mostrar que essa identificação ideológica, formada a partir das experiências e conhecimentos de cada um, deve ser considerada, entre os principais fatores que definem a escolha dos candidatos. Ele defende que questões econômicas ou culturais não apagam o alinhamento partidário existente na formação prévia da opinião do indivíduo.

Marcus Faria Figueiredo em sua tese de doutorado *A teoria psicológica do comportamento eleitoral* (1991) avalia como o ambiente social com predominância da família influencia no direcionamento político, e descreve o trajeto que leva ao voto. O modelo de Michigan, Estados Unidos, reforçou as linhas utilizadas nesta teoria, de que os indivíduos são a fonte original de informação e que são motivados desde antes de terem idade para votar. O ambiente social mais próximo, no caso a família, é o fator preponderante de influência.

Figueiredo cita que as atitudes adquiridas ajudam na construção dessa propensão do comportamento político. Até porque, o interesse por política varia de uma pessoa para outra, o que vai ser definitivo a partir dos estímulos dados neste ambiente ao qual ele está inserido. Esta teoria considera que os indivíduos de determinados grupos são a base legítima para formação de opinião como: negros, índios, jovens, mulheres, operários, isso englobado no sistema atitudinal, que vai indicar a agregação por atitudes.

Essas características mostrariam que o ambiente onde os indivíduos vivem suas vidas privadas e fazem a interação social, seria a maior influência política. Figueiredo define que as atitudes são formadas pela compreensão da vida social, argumento usado por Philippe Converse (1964) para elaborar a teoria da “crença de massa”. Nesta tese o comportamento político seria pré-definido, vejamos o exemplo de Figueiredo: “se um indivíduo, é contrário a uma política social como o controle de preços, provavelmente também será contrário a outras políticas semelhantes, desta forma conhecendo as atitudes, ou ideias, dos indivíduos seria fácil identificá-los partidariamente e em tese seria possível situá-los para a escolha dos candidatos.

Ao entrar no campo das previsões comportamentais Figueiredo considera que é necessário conhecer a ideologia de cada um para explicar os comportamentos futuros, mas isso não seria suficiente. Converse ressalta que é importante acrescentar aspectos motivacionais para o engajamento, levando o indivíduo a agir de acordo com o que ele pensa, mesmo que intimamente. Desta forma, ao constatar as raízes psicológicas seria possível sustentar que as atitudes estão também constituídas pela legitimidade e estabilidade do sistema político e suas instituições dependem diretamente do grau que os sentimentos de “pertencimento” e “lealdade” poderão provocar, nesta esfera social (Figueiredo, 1991).

4. VOTO NO BRASIL – EXEMPLOS ANÁLISE DE ELEIÇÕES PARA SITUAR O ELEITOR ENTRE DIREITA E ESQUERDA NO BRASIL

4.1 ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1976 EM CAXIAS DO SUL

A eleição municipal de Caxias do Sul, em 1976 foi analisada devido a relevância do contexto econômico social local e do grau de instrução político eleitoral dos moradores. Com uma população predominantemente urbana, 114.008 dos 144.871 habitantes, de acordo com o censo de 1970. E na parcela rural, apesar de menor em quantidade, as características comportamentais eram relevantes como a forte ligação religiosa, que também é considerada uma instituição política. Além disso, o grau de alfabetização desses moradores que chegava a 85%, em diversos níveis. TRINDADE (1978).

Reflexo do baixo analfabetismo, a cidade em 1976 registrou 47,6% da população inscrita como eleitora. A terceira do Rio Grande do Sul, atrás apenas de Porto Alegre e Rio Grande. A análise do comportamento eleitoral, deste pleito, foi uma das primeiras a dividir o eleitor ideologicamente.

Situando a questão política regional, Trindade ressalta que por duas décadas (1945 à 1965) durante o período multipartidário duas coligações aglutinavam os partidos políticos: uma encabeçada pelo PTB (PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO), geralmente ligado a pequenos partidos populistas e a outra anti-PTB, juntando siglas como o PSD (PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA), PL (PARTIDO LIBERAL) e UDN (UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL). Com essas duas chaves, opostas à medida que o PTB crescia, para se tornar o mais forte partido, os liberais buscavam alianças, com o PSL ou PL (este tinha domínio dos votos na zona pecuária). Ainda neste momento político multipartidário, metade norte do estado, se direcionava ao apoio das forças populistas. E se as regras eleitorais não tivessem sofrido mudanças em 1965, o crescimento dos “trabalhistas” teria sido ainda maior. A sigla tinha a maioria dos votos em 54% dos municípios gaúchos e crescia em 56% dos municípios enquanto o PSD perdia espaço em 85% dos casos.

Mas o sistema bipartidário mudou o contexto e fez mudar a distribuição de forças entre as duas frentes políticas. Os novos partidos se dividiram em dois grupos que mantinham proximidade com estas frentes, mas não levaram nesse enredo a

mesma proporção do eleitorado. No Modelo MDB (PTB) versus ARENA (anti PTB) , o MDB passa a dominar apenas 6% dos municípios e a ARENA torna-se dominante em 40% dos casos, mas Trindade faz uma observação relevante: o número de municípios sem dominação partidária aumentou de 28% para 54%. Na nova disposição política, quando a ARENA não dominava conseguia anular a força do adversário.

Os resultados das eleições, analisadas por Trindade mostram que a definição dos vencedores estava ligada a padrões comportamentais dos eleitores. As disputas municipais eram geralmente acirradas e resultavam na alternância do poder, e embora alternadas entre si, seguiam a tendência do resultado para o legislativo, o que também indicaria mais dado para compor o comportamento dos votantes. Para entender, vejamos o quadro a seguir (TABELA 1), com as sucessões entre 1966 e 1976. O partido dominante na legislativa anterior, geralmente vencida a eleição municipal seguinte.

TABELA 1 – RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS EM CAXIAS DO SUL (1966/1976). (% Votantes)

TIPO ELEIÇÃO	ANO	ASS. LEGISL.		C. VEREADORES		BR. / NULOS
		ARENA	MDB	ARENA	MDB	
Legislativa	1966	42,3	49,0	-	-	8,7
Municipal	1968	-	-	46,3	48,9	4,8
Legislativa	1970	43,5	38,4	-	-	18,1
Municipal	1972	-	-	48,1	45,4	6,5
Legislativa	1974	33,2	55,2	-	-	11,6
Municipal	1976	-	-	40,3	54,5	5,2

Fonte: FÁBIO WANDERLEY REIS (1978, p.162)

Voltando a análise da disputa de 76, os nomes foram confirmados após uma série de definições internas dos partidos. O MDB apresentou como candidato Mansueto Serafini e a ARENA disputaria com Victor Faccioni. A eleição em Caxias do Sul foi acirrada e com diversas estratégias de ambos os lados. O presidente da República, Ernesto Geisel se envolveu pessoalmente no processo e fez comícios favoráveis ao candidato da ARENA, partido que também governava o estado, nesta época. E o MDB se apresentava como oposição aos governos.

Os eleitores tinham visões claras da disputa, mas ainda era grande a parcela de indecisos. Judson de Cew, afirma que boa parte do eleitorado já tinha definido a escolha de seu candidato no início, ou até mesmo antes da campanha começar. Essa preferência estaria relacionada a comportamentos habituais, tradicionais e por tendências partidárias. No calor da campanha, indecisos é que fariam a diferença para o resultado final.

Em Caxias do Sul, particularmente a eleição indicava que os eleitores estavam mesmo demonstrando suas raízes partidárias e preferências quanto aos partidos políticos. Cew ressalta que 81% do eleitorado caxiense fez a escolha antes da disputa começar, devido ao alto nível de politização. No Rio Grande do Sul a população está vinculada às lutas políticas, evolução social e econômica e também devido aos grupos sociais. Ou seja, desde cedo, os indivíduos conviviam com preferências partidárias de seus antecessores e as pesquisas eleitorais demonstravam a disposição de manter as tradições políticas. Vamos ver as tabelas a seguir (TABELAS 2 E 3) que mostram a distribuição entre os dois partidos e logo abaixo a preferência pelos candidatos, levando em conta o partido que representavam, mostrando a tendência indicada pelo autor.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DE RESPOSTAS À PERGUNTA: “O SR. SE CONSIDERA DA ARENA, DO MDB, OU DE NENHUM DOS SOIS?” (Em percentagens).

ARENA	40
MDB	38
Nenhum dos dois	19
Não sabe, não respondeu	3
(N) = 100%	(714)

Fonte: FÁBIO WANDERLEY REIS (1978, p.186)

TABELA 3 – ESCOLHA PARA PREFEITO POR IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA.

ESCOLHA	PARTIDO		
	ARENA	MDB	Nenhum
Faccioni (ARENA)	94	2	26
Serafini (MDB)	0	91	16
Indeciso	5	7	48
Em branco ou nulo	1	0	10
(N) = 100%	(284)	(269)	(135)

Fonte: FÁBIO WANDERLEY REIS (1978, p.186)

As duas projeções mostram que a média percentual de quem é ARENA vota no candidato da ARENA, assim como os eleitores que se dizem apoiadores do MDB, dispostos a dar o voto no representante do partido.

Essa clareza de posicionamentos permite a divisão entre adeptos da direita e da esquerda do eleitorado. Colocando as raízes partidárias trabalhistas (sociais) no figura do PTB/MDB e as medidas conservadoras (liberais) no anti PTB/ARENA, o indivíduo vai seguir o fator condicionante para sua escolha e sua preferência política, afirma Cew. O autor ressalta que os fatores regionais contribuem para essa divisão, Caxias do Sul desde 1945 mostrava competições partidárias bem definidas entre uma e outra ala política.

Nos levantamentos feitos no cenário eleitoral de Caxias, ficava evidente que a situação sócio-econômica dos indivíduos era o principal fator de diferenciação partidária. Quanto mais baixo na hierarquia social, mais o eleitor era favorável ao MDB. Com os apoiadores da ARENA, a situação é logicamente, inversa. Vejamos na tabela a seguir (TABELA 4):

TABELA 4 – PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA POR OCUPAÇÃO. (*) (Em percentagens).

	CATEGORIA OCUPACIONAL			
	Empregador / Administrador	Autônomo	Empregado Regular	Empregado Temporário
ARENA	51	51	34	22
MDB	27	32	40	67
Nenhum	22	17	26	11
(N) = 100%	(49)	(119)	(182)	(18)

(*) Foram excluídos desta tabela os que exercem trabalho não remunerado, como membros da família, os que não trabalham e também algumas situações especiais, de difícil definição.

Fonte: FÁBIO WANDERLEY REIS (1978, p.189)

Outra comparação pode ser feita, a partir dos dados da próxima tabela (TABELA 5), que deixa ainda mais evidentes a distribuição partidária, é a auto identificação de classe social.

TABELA 5 – PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA ATUAL E AUTO-IDENTIFICAÇÃO DE CLASSE SOCIAL.
(Em percentagens).

PARTIDO	CLASSE SOCIAL	MÉDIA ALTA	MÉDIA BAIXA	TRABALHADORA	OPERÁRIA	POBRE
ARENA		54	42	40	33	22
MDB		24	35	43	53	56
Nenhum		22	23	17	14	22
(N) = 100%		(159)	(217)	(154)	(51)	(54)

Fonte: FÁBIO WANDERLEY REIS (1978, p.190)

“Entender-se-á por ideologia, neste contexto, o grau e consistência das opiniões das pessoas, e até a maneira como que os indivíduos organizam suas opiniões” (CEW, 1978). Se uma pessoa expressasse a opinião sobre cinco questões, por exemplo, seria muito consistente para determinar se estaria mais próxima da esquerda ou da direita. O entendimento foi feito a partir de assuntos que eram defendidos ou contestados pelos dois partidos: ARENA E MDB.

As questões consideradas na pesquisa para tentar formar a dimensão do universo ideológico seriam as seguintes:

- a) qual a opinião sobre eleições diretas;
- b) qual a opinião sobre a manutenção do Ato Institucional número 05;
- c) qual a opinião sobre a natureza democrática ou não o sistema político brasileiro;
- d) qual a opinião sobre a mudança na política salarial;
- e) qual a opinião sobre o controle pelo governo das empresas estrangeiras.

Cew examinou as respostas de 714 eleitores da amostra de Caxias, e apenas 34 mantiveram uma posição uniforme dentro da coerência, o que demonstraria a identificação partidária dele, e isso representaria que apenas 5% do eleitorado poderia ser considerado ideologicamente integrado. Mas o autor ressalta que deste total, 33 eleitores foram consistentes nas respostas que o posicionam na esquerda e apenas 01 pessoa totalmente posicionada à direita. O autor ainda leva em consideração que um indivíduo com tendências de esquerda poderia ter respondido três questões consistentes, ou ainda teríamos exemplos de respostas indecisas como “depende” ou ainda “não sei”. Para analisar todas as respostas foi criada uma tabela (TABELA 6) com posições intermediárias. Acompanhando o pensamento da obra de Bobbio.

TABELA 6 – PERFIL DA OPINIÃO DO ELEITORADO DE CAXIAS DO SUL, 1976.

ESQUERDA	21%
ESQUERDA-CENTRO	26%
CENTRO	21%
CENTRO	10%
DIREITA-CENTRO	13%
DIREITA	9%

Fonte: FÁBIO WANDERLEY REIS (1978, p.195)

Desta forma pode-se notar que em Caxias do Sul, a direção de opinião é inclinada à esquerda com a soma das respostas de esquerda e esquerda-centro em 47% do total considerado, o centro mantém a média entre os mais próximos da esquerda 21%, e outros 10% bem centralizados, e os mais próximos da direita, que tem a soma das respostas da direita e da direita-centro somadas chegariam em 21%.

Na eleição de 15 de novembro de 1976, o MDB, venceu a disputa. Os eleitores independentes, ou indecisos foram responsáveis pelo resultado. Como esta parcela não teria identificação partidária, os reflexos da insatisfação com os problemas da época foram direcionados ao partido que estava no poder nas esferas estadual e federal, no caso a ARENA, que saiu derrotada.

4.2 O CONFRONTO ESQUERDA-DIREITA NO PLEITO PRESIDENCIAL DE 1989

Outro exemplo de divisão do eleitorado foi feito por André Singer na eleição presidencial de 1989. O cenário era de insatisfação com o governo de José Sarney, primeiro mandato civil após a ditadura militar, quando governou de 1985 à 1989. Na pesquisa de setembro de 1989, 68% dos eleitores avaliavam a gestão como ruim ou péssima.

Com as novas regras eleitorais, se um candidato não obtivesse maioria dos votos, deveria disputar o segundo turno com o segundo mais votado. Para Singer, a eleição de 1989, foi um exemplo nacional de divisão de partidos e eleitores, entre esquerda e direita. E neste exemplo, ambos estavam contra as forças governantes situadas como centristas.

Em condições de insatisfação, há sempre uma forte divisão que pode

umentar a influência do posicionamento ideológico na decisão individual de voto. Ao analisar dados anteriores e posteriores do pleito, o autor afirma que o eleitorado brasileiro está inserido no debate ideológico. (SINGER,).

Com Sarney do PMDB, no governo federal, o apoio aos estados, em 1986, foi dado a partir do Plano Cruzado, o controle de preços foi responsável pela vitória do partido em 22 das 23 federações do Brasil. Mas a medida logo foi considerada, um “estelionato eleitoral”, porque assim que as eleições passaram os preços voltaram a subir e a inflação estava em 1.037%. Consequência, também identificada nas urnas, na eleição municipal de 1988, os representantes de esquerda do PT conseguiram vencer em grandes centros como São Paulo, Porto Alegre e Vitória, e ainda conquistaram o segundo lugar em quatro capitais. Singer interpreta que esses resultados, indicaram um reposicionamento eleitoral, antes dominado pelo “centro”, agora começava a indicar equilíbrio entre direita, centro e esquerda. Vejamos como foi feita a indicação dos candidatos para entender o cenário que se formou para a disputa.

A crise econômica, do Brasil, seria o principal mote de campanha, o eleitor esperava uma proposta de mudança para acabar com o arroxo financeiro, da época. Com isso, os candidatos centristas estavam procurando em 1988, um afastamento do governo, para não ter nas urnas o mesmo ônus da insatisfação popular. O próprio PMDB tentou se afastar do governo, lançando Ulisses Guimarães para a disputa presidencial, mas fortemente ligado ao governo, obteve apenas 4% dos votos, no final do primeiro turno. Ainda em 1988, também se afastava do governo federal, o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, que foi eleito em 1986 pelo PMDB, através do efeito do “delito eleitoral”. Mas agora ele buscava projeção nacional e entraria na disputa pelo nanico PRN, apoiado por: PSC, PST e PRT, que foram beneficiados pelas regras eleitorais, que davam as siglas uma hora de propaganda política na televisão, ainda no primeiro semestre de 1989. Collor ganhava espaço na imprensa nacional com o discurso populista de que seria um “caçador de marajás”. Ele transportava para a pessoa do presidente José Sarney, os principais problemas do país: corrupção, ineficiência e a falta de modernidade governamental. Os analistas eleitorais tiveram dificuldade para identificar a posição do candidato, que ficou mais clara no segundo turno. Collor tinha desde o primeiro turno, o apoio do PFL, partido da direita que lançou uma candidatura inexpressiva de Aureliano Chaves. Este seria, mais tarde, analisado como fator determinante da

vitória do candidato que seria visto como um representante de centro e direita.

Singer avalia que Collor cresceu também devido aos votos que obteve entre a população de baixa renda e escolaridade. Se no início do ano eleitoral, o candidato crescia nas intenções de voto de 9% para 20%, em diversas frentes do eleitorado, depois o perfil dos eleitores seria bastante alterado. Perdendo espaço entre os eleitores mais escolarizados, na primeira fase da campanha ele tinha 40% desse apoio, mas o percentual cairia mais tarde para 30%. A classe média, segundo Singer, também deixou de apoiá-lo ao notar o caráter aventureiro da campanha. (SINGER,1999)

Na outra base, estava a esquerda representada por dois candidatos mais fortes: Leonel Brizola do PDT e Luís Inácio Lula da Silva do PT. Brizola começa com 15% das intenções de voto, o mesmo percentual tinha Lula. As campanhas se mostraram fortes, mas o candidato do PT conseguiu aumentar a adesão de eleitores no Nordeste do país, enquanto Brizola mantinha espaço da preferência dos eleitores no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, sem avançar em outros estados. No final do primeiro turno, a diferença entre os dois representantes da esquerda chegaria ao pequeno volume de 0,6% dos votos válidos.

Singer analisa que: se o total de votos fosse interpretado, em linhas gerais, na distribuição entre esquerda e direita, as frentes estariam próximas, já que ao final do primeiro turno de 1989, a direita chegaria a soma de 38% dos votos, com Collor, Maluf, Aureliano e Caiado. E a esquerda estaria com 32,7% do total, somando as votações de Lula, Brizola e Freire. E o centro ainda chegaria ao final deste turno com 20% dos votos, somando Covas, Ulysses, Afif e Camargo. Vejamos a distribuição dos votos, no primeiro turno, na tabela a seguir (TABELA 7).

TABELA 7 – RESULTADO DO PRIMEIRO TURNO DA ELEIÇÃO DE 1989.

CANDIDATOS	Porcentagem sobre total de votantes	Porcentagem sobre total de votos válidos	Números absolutos
Fernando Collor	28,5	30,4	20.611.011
Lula da Silva	16,1	17,1	11.622.673
Leonel Brizola	15,5	16,5	11.168.228
Mário Covas	10,8	11,5	7.790.392
Paulo Maluf	8,3	8,8	5.986.575
Guilherme Afif	4,5	4,8	3.272.462
Ulysses Guimarães	4,4	4,7	3.204.932
Roberto Freire	1,1	1,1	769.123
Aureliano Chaves	0,8	0,8	600.838
Ronaldo Caiado	0,7	0,7	488.846
Afonso Camargo	0,5	0,5	379.286
Outros	2,3	2,5	1.732.283
Total de votos válidos	93,6	100,0	67.626.649
Votos brancos/nulos	6,4		4.654.260
Total			72.280.909
Abstenções			9.793.809
Eleitorado			82.074.718

Fonte: ANDRÉ SINGER (p.63)

O segundo turno começava polarizado entre Collor e Lula, na leitura de Singer, direita versus esquerda. Uma semana após o início deste turno, apenas 7% dos eleitores estavam indecisos. Collor já teria 50% das intenções e Lula receberia 38% dos votos. Distribuição que indicaria que ambos teriam angariado votos dos eleitores do centro.

As estratégias de campanha de ambos os lados, tornaram a disputa acirrada, e Collor não se mostrava convencido de que teria de fato a diferença de 12% dos votos sobre Lula. Collor se manteve distante dos outros partidos para se distanciar da relação com o PMDB. Já Lula, que precisa conquistar todos os indecisos e tirar votos dos apoiadores de Collor, buscou apoio do PDT de Brizola e do PSDB de Mário Covas, ambos pediram votos para Lula. O PDT era considerado um apoio legítimo de esquerda, já o PSDB representava a possibilidade de obter votos do centro, posição na qual muitos eleitores ainda estariam indecisos. A estratégia parecia surtiu efeito, Lula subiu 6% enquanto Collor caiu 3%, entre 10 e 12 de dezembro.

O candidato do PRN, então, muda o discurso e se coloca como força

contrária ao comunismo, no qual a esquerda é representada, e assume o papel de *defensor da ordem*, em oposição ao suposto caos que a vitória do PT, representaria. O comunismo era sinônimo de confisco econômico e de que as pessoas teriam que dividir suas casas com mais de dois ou três quartos, se o partido chegasse ao poder. Collor, ao pregar a defesa da *ordem* atraía os eleitores conservadores indecisos. Aliás, segundo as avaliações de Singer, ele aumenta o clamor ideológico do eleitor, na última semana da campanha e adota um discurso conservador que “avisaria” o indivíduo que a campanha se distinguia no caráter ideológico. A dois dias da eleição, Collor volta a subir enquanto Lula estabiliza. O resultado é a vitória da direita por 6% de diferença dos votos. Vejamos a tabela (TABELA 8) com os indicativos de votos, do segundo turno.

TABELA 8 – EVOLUÇÃO DA INTENÇÃO DE VOTO (ESTIMULADA) NO SEGUNDO TURNO. (Em %)

	COLLOR	LULA
NOVEMBRO (20 a 22)	50	38
NOVEMBRO (23 a 27)	51	37
DEZEMBRO (05 a 08)	49	40
DEZEMBRO (10 a 12)	47	43
DEZEMBRO (13 a 16)	47	46

Fonte: ANDRÉ SINGER (p.65)

Este foi considerado pelos pesquisadores, o primeiro grande confronto entre esquerda e direita, em nível nacional, no Brasil. Singer, faz considerações importantes para leitura do comportamento do eleitor que nos interessam na distinção da posição política partidária dos indivíduos. Ele sugere hipóteses para o comportamento eleitoral de 1989.

A primeira sobre o *voto de protesto*: nessa visão o eleitor tenderia a votar contra a situação vigente em geral e não por uma proposta específica de mudança. As pesquisas mostraram então que 18% do eleitorado brasileiro, afirmou ter votado por *oposição*, no segundo turno, mas este tipo de voto não foi direcionado à Collor. Seria um voto para explicar a votação em candidatos como: Covas, Maluf e Brizola.

Outra hipótese é a do voto por *oposição ao governo*: os defensores desta ideia relacionaram que Collor, por adotar discurso extremamente violento contra Sarney, teria conquistado estes insatisfeitos com o governo. Mas ao analisar as pesquisas feitas, não se identificou que a rejeição ao então presidente tivesse relação com a nova escolha. Era uma posição independente do candidato escolhido (SINGER).

A terceira hipótese é a *rejeição aos Políticos*: se a rejeição não era personificada em Sarney, poderia ser personificada nos políticos em geral. A interpretação dos analistas desta versão é que Collor, fundou uma “empresa-político-eleitoral” ao invés de identificar-se como integrante de um partido político. Dessa forma, os ataques feitos por ele, o colocariam distante da esfera em que todos os outros estariam inseridos. Mas este fator, segundo as pesquisas feitas, teria favorecido Covas, e não Collor.

Outra hipótese considera por Singer, *diminuição do Estado*: a análise de Singer foi bastante detalhada e citamos aqui apenas em linhas gerais, afirmando segundo a conclusão do autor que o voto na direita estava associado ao reforço do Estado e não sua diminuição, já os votos no centro, foram relacionados a ideia de que havia a expectativa de um Estado interventor. Já a votação da esquerda foi distribuída entre as opções apresentadas para administração estatal, sem personificar uma em especial. E para concluir esta hipótese Singer, considera que o eleitor pode definir o voto, sem levar em conta essa questão de mais ou menos poder ao Estado.

A quinta hipótese para leitura, do segundo turno das eleições presidenciais de 1989, é de que o voto foi definido por uma *Liderança Forte*: autores consideram que o eleitorado estaria predisposto a preferir uma liderança forte que seria representada por Collor, à uma opção participativa representada por Lula. O eleitor teria sido mais motivado pelo imaginário do que pela visão racional dos candidatos. Desta forma três candidatos teriam tocado o “imaginário” do eleitor: Covas como o salvador em luta contra o reino das trevas, Lula como o revolucionário redentor da classe operária e Collor seria um líder individual. O resultado, da avaliação demonstrada por Singer, indica que no primeiro turno houve associação a essas diferenças, mas de maneira fraca, no segundo turno o voto em Collor esteve associado a preferência por um líder mas também houve uma associação positiva entre a opção participativa e o voto em Lula. Mas o índice de influência dessa

hipótese para decisão do voto, também foi fraco e não foi o definidor de votos. Singer ressalta que a opção pela liderança ao invés da preferência pela participação popular, é outra característica associada ao posicionamento à direita, assim como o contrário, a preferência pela gestão participacionista está associada à esquerda. Mas, foi mais uma hipótese testada que não demonstrou, para Singer, o resultado da eleição.

A sexta hipótese defende um *Alinhamento Ideológico*: indicada por vários autores não foi testada diretamente, mas foi sugerida a partir de estudos individuais que somados podem direcionar o comportamento do eleitor. Uma das análises considerada, por Singer, indica que se dividirmos os partidos em apenas duas categorias (esquerda = PT, PDT, PCB, PSDB e a direita = PMDB, PRN, PDS, PFL e PTB) e somadas as respectivas votações, teríamos exatamente o volume de votos de Collor na direita e de Lula na esquerda. Outra linha, utiliza duas pesquisas eleitorais uma do instituto Vox Populi, de maio de 1989 e outra de novembro, da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. A partir desses dados nenhuma questão específica seria definidora do voto, mas a renda e escolaridade, e a identificação partidária, teriam influenciado na votação. Um dos apontamentos é de que os eleitores se identificaram com os candidatos fazendo uma associação do que eles representavam: defesa dos mais pobres contra defesa dos mais ricos, e esta percepção dependia ainda da “*sofisticação*” política do eleitor. Desta forma, o eleitor com melhor *sofisticação*, considerava Collor como defensor dos ricos e Lula dos pobres. Já o eleitorado menos *sofisticado* interpretou que Collor, com seu discurso populista, era o defensor dos pobres. Neste ponto, a análise é conclusiva: a *sofisticação* é elemento central para definição do voto, uma vez que ajuda o eleitor a entender e distinguir a verdadeira posição dos candidatos.

Singer é mais conclusivo a respeito do alinhamento eleitoral, quando utiliza os próprios apontamentos sobre a eleição de 1989. O autor relaciona a autolocalização na escala esquerda e direita do eleitor com o voto, e avalia que houve tanto no primeiro quanto no segundo turno, da disputa uma verificação dessa influência no resultado. No levantamento os indivíduos que se colocaram à esquerda votaram nos candidatos da esquerda e rejeitaram os representantes da direita e do centro; o mesmo ocorreu com quem se colocou à direita, votando nos candidatos da direita e rejeitando os esquerdistas e centristas. Já a posição central, representou o voto no centro, a rejeição à direita, mas não representou rejeição à esquerda. Singer

observou o resultado dos votos nos candidatos e confirmou a coerência da posição ideológica com o voto.

No segundo turno, porém esperava-se uma vitória folgada de Collor, mas os eleitores do centro se dividiram também como prevê o alinhamento ideológico: os de centro-esquerda optaram por Lula, enquanto os de centro-direita optaram por Collor. O posicionamento de propriamente de centro mostrou-se independente do voto, esse centro-centro dividiu-se novamente e rendeu votos aos dois candidatos, dificultando uma análise específica de quem teria aglutinado mais votos dessa parcela.

Singer conclui considerando que na eleição presidencial de 1989 a renda foi um fraco medidor de votos, tanto no primeiro quanto no segundo turnos. E a orientação do voto também não se revelou uma boa explicação, mas ele ressalta que houve alguma relação entre *aumento de renda e o voto à esquerda*, o que se mostrou inclusive uma inversão da teoria sociológica tradicional. E a classe social, também não se tornou claramente um item determinante do alinhamento eleitoral.

Mas ele relaciona *escolaridade e renda*, para obter um variação forte e definidora do voto. A eleição mostrou que quanto maior a escolaridade, maior a tendência no voto à esquerda, assim também foi com a renda, mas numa escala menor.

A explicação mais confiável para o autor foi mesmo a preferência partidária. Já que os que se identificavam com a esquerda tenderam a votar nos candidatos dessa ala, e assim aconteceu com o centro e a direita. Para reforçar sua tese, ressalta que para ter preferência partidária é preciso seguir um critério ideológico. Enquanto 44% dos eleitores declararam preferência por algum partido, 80% se colocaram na escala esquerda-direita. Para Singer isso significaria um melhor preditor dos votos, nesta eleição.

4.3 PREFERÊNCIA E POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 E DE 1998

Yan de Souza Carreirão, faz em *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*, uma revisão bem detalhada a respeito do posicionamento

esquerda-direita e as razões que levam ao voto. Neste trabalho vamos utilizar pesquisas eleitores indicadas por ele e que ajudaram na distinção dos seguintes termos: preferência ou posicionamento partidário.

No caso de 1994, eleição polarizada entre os candidatos Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luís Inácio Lula da Silva (PT). Neste embate, Singer (1998) também estabelece uma influência do posicionamento do eleitor, entre direita e esquerda. Embora, os levantamentos feitos antes da eleição, não indicassem especificamente para o eleitor se posicionar o autor utilizada dados do instituto Datafolha, de maio de 1993, mostrando quais as respostas dadas pelos entrevistados para o conceito de esquerda e direita, de acordo com o grau de escolaridade de cada um. Vejamos as duas tabelas (TABELAS 9 E 10) citadas por Carreirão. Quase metade dos eleitores 47% não soube dizer o significado do posicionamento ideológico e outros 32% deram consideradas respostas razoáveis. Também é possível verificar que o entendimento a respeito do tema, é maior de acordo com o grau de escolaridade do indivíduo.

TABELA 9 – SIGNIFICADO DE “ESQUERDA”, SEGUNDO ESCOLARIDADE. (maio/93) (%)

SIGNIFICADO DE ESQUERDA	CONJUNTO ELEITORES	ESCOLARIDADE		
		ATÉ 1º GRAU	2º GRAU	SUPERIOR
Não sabe/não respondeu	47	58	38	12
Contro o governo/sistema/poder; ser da oposição	20	12	27	40
Defende interesses do povo/majoria/trabalhadores; estar ao lado da classe baixa; igualdade; direitos sociais	8	4	10	21
É o comunismo/socialismo	4	3	6	8
É o errado; o pior; o lado negativo	3	5	2	0
Não tem diferença (entre E e D)	3	3	3	6
Outras respostas	15	16	15	15

Fonte: YAN DE SOUZA CARREIRÃO (2002, p.132)

TABELA 10 – SIGNIFICADO DE “DIREITA”, SEGUNDO ESCOLARIDADE. (maio/93) (%)

SIGNIFICADO DE ESQUERDA	CONJUNTO ELEITORES	ESCOLARIDADE		
		ATÉ 1º GRAU	2º GRAU	SUPERIOR
Não sabe/não respondeu	47	57	39	13
Ser/apoiar o governo/sistema/poder; ser do partido do presidente; lutar para que nada mude	20	13	28	40
É o certo/o melhor/o direito; o caminho certo	6	8	3	0,4
É defender os interesses do povo/maioria/trabalhadores; estar ao lado da classe baixa; igualdade; direitos sociais	4	5	3	1
É defender os interesses dos empresários/das elites; estar ao lado dos ricos/banqueiros/burguesia; não pensa no povo; desigualdade social	4	2	4	14
Não tem diferença (entre E e D)	3	3	3	6
É fazer conchavos/defender os próprios interesses; fazer do jeito que os políticos querem	2	1	3	4
É defender valores tradicionais/conceitos conservadores: família/Deus/Pátria/moral	2	0,4	2	7
Outras respostas	13	12	15	16

Fonte: YAN DE SOUZA CARREIRÃO (2002, p.133)

Em uma outra pergunta foi feita a pergunta a respeito da preferência por um candidato situado “mais à esquerda ou mais à direita”. Esses dados, mesmo de forma genérica, segundo Carreirão mostram pistas interessantes do comportamento eleitoral, pelo menos entre aqueles que têm noção sobre a diferença entre uma e outra ala política. A leitura, da pesquisa com este grupo, indica que 45% dos entrevistados responderam preferir um candidato mais à direita, enquanto 24% preferiram um representante mais à esquerda. Mas o autor observa que à medida que cresce o nível de escolaridade, as preferências se alteram. Entre aqueles que possuem nível superior, a preferência pela esquerda chega a 40%, e a direita fica com 30%. As respostas que indicam outras citações, somam 13% (exemplos como: depende do candidato, qualquer um, tanto faz, nenhum dos dois, etc). O autor ressalta que não foi possível fazer uma avaliação determinante sobre o

posicionamento dos eleitores, por falta de detalhes nos dados levantados na pesquisa (TABELA 11).

TABELA 11 – PREFERÊNCIA POR CANDIDATOS À ESQUERDA OU À DIREITA, SEGUNDO ESCOLARIDADE DOS ELEITORES. (maio/93)

PREFERÊNCIA POR CANDIDATOS	TOTAL DOS ELEITORES	ESCOLARIDADE		
		ATÉ 1º GRAU	2º GRAU	SUPERIOR
ESQUERDA	24	16	33	40
DIREITA	45	52	37	30
OUTRAS RESPOSTAS	13	8	15	23
NÃO SABE	19	23	16	8
(N)	(2.498)	(1.457)	(773)	(268)

Universo: Brasil – N = 2.500).

Observação: “Outras respostas” = “no centro”; “nenhum dos dois”; “tanto faz”; “depende do candidato”.

Fonte: YAN DE SOUZA CARREIRÃO (2002, p.135)

Outra análise importante, para Carreirão foi relacionar essa preferência a intenção de voto, em 1994. O levantamento foi feito, com muita antecedência ao pleito e portanto não registrou questões pontuais, como o Plano Real, que mais tarde influenciaria a intenção de voto, mesmo assim Carreirão analisa que a disposição entre os entrevistados se inverteu. A maioria 62% escolheria um candidato situado à esquerda (Lula e Brizola) e 38% dos eleitores que diziam preferir a direita, votariam em candidatos à direita, segundo a pesquisa. Mas a relação se mostrou fraca a partir da seguinte avaliação: “enquanto apenas 25% dos entrevistados declaravam, na pergunta mais genérica, a preferência por candidatos mais à esquerda e 46% declaravam preferência por candidatos mais à direita, ao escolher concretamente um candidato, a relação de inverte: 42% dos eleitores pretendiam, naquele momento, votar em Lula e Brizola, candidatos que por suas posições, e a de seus partidos, situam-se claramente na esquerda do espectro político. E apenas 23% dos eleitores manifestavam intenção de voto em candidatos situados claramente à direita ” (TABELA 12). (CARREIRÃO,2002)

TABELA 12 – INTENÇÃO DE VOTO, SEGUNDO PREFERÊNCIA POR ESQUERDA OU DIREITA. (maio/93) (%).

INTENÇÃO DE VOTO (1)	PREFERÊNCIA POR ESQUERDA OU DIREITA				TOTAL
	ESQUERDA	DIREITA	OUTRAS RESPOSTAS	NÃO SABE	
ESQUERDA	62	38	29	35	42
CENTRO	14	19	21	15	17
DIREITA	11	30	20	20	23
BRANCO/NULO/ NÃO SABE	13	13	31	30	18
TOTAL (N)	(596)	(1.119)	(248)	(475)	(2.438)

Universo: Brasil – N = 2.500).

(1) Intenção de voto: esquerda = Lula + Brizola; centro = Tasso Jereissati + Luíza A. Fleury + Hélio Garcia; direita = Antônio Carlos Magalhães + Maluf + Joaquim Francisco.

Observação: “Outras respostas” = “candidato de centro”; “nenhum dos dois”; “tanto faz”; “depende do candidato”. *Missing cases*: 2,5% da amostra.

Fonte: YAN DE SOUZA CARREIRÃO (2002, p.137)

O autor acredita que é possível dizer que, para este conjunto do eleitorado, a preferência ideológica e o voto de fato, guardam associação de grau moderado.

A próxima tabela (TABELA 13) mostra a distribuição da preferência partidária e a preferência por esquerda e direita, segundo o grau de escolaridade. É possível dizer, segundo Carreirão que a compreensão dos termos esquerda e direita é menor, entre aqueles que possuem baixa escolaridade e a correlação entre esta preferência e o voto, cresce também de acordo com a instrução dos eleitores.

TABELA 13 – CORRELAÇÃO ENTRE PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA E PREFERÊNCIA POR ESQUERDA OU DIREITA, SEGUNDO ESCOLARIDADE. (maio/93)

	CONJUNTO ELEITORES	ESCOLARIDADE		
		ATÉ 1º GRAU	2º GRAU	SUPERIOR
GAMA	0,54	0,42	0,57	0,73
(% ELEITORES) (1)	(46%)	(43%)	(54%)	(49%)

Universo: Brasil – N = 2.500).

Observação: Coeficientes significativos ao nível 0,01.

(1) São indicadas as porcentagens de eleitores, em cada categoria, a partir das quais foram feitos os cálculos dos coeficientes de correlação. Isso nos dá uma indicação das proporções de *missing cases*, em cada análise.

Fonte: YAN DE SOUZA CARREIRÃO (2002, p.139)

Carreirão avalia que apesar de ter poucos dados disponíveis para posicionar o eleitor de acordo com a preferência ideológica (esquerda e direita), na eleição de 1994, pesquisas mais próximas do pleito mostraram a influencia do Plano Real, o que reverteu o quadro de intenções de voto. Desta forma, a imagem dos candidatos,

diante dos interesses defendidos por eles, não teve peso na hora desta escolha para presidente.

Já em 1998, o embate repetia uma polarização e as pesquisas detalhadas sobre o comportamento eleitoral também. Carreirão avalia os dados da pesquisa feita pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, em novembro de 1997. O levantamento foi considerado na pressuposição de que a relação entre o posicionamento do eleitores na escala entre direita e esquerda e a intenção de voto na eleição, em 1998. O estudo já continha os principais candidatos (FHC, Lula, Ciro Gomes e Enéas).

A leitura de Carreirão a partir da pesquisa indica a concentração do eleitorado na posição de centro, seguida pela direção de direita e a esquerda na terceira posição. Vejamos na tabela (TABELA 14).

TABELA 14 – POSICIONAMENTO NA ESCALA ESQUERDA-DIREITA, SEGUNDO ESCOLARIDADE. (novembro/97) (%)

POSICIONAMENTO NA ESCALA	COJUNTO ELEITORES	NÃO FREQUENTAM	ATÉ 1º GRAU INICIAL	1º GRAU COMPLETO	2º GRAU	SUPERIOR
ESQUERDA	13	13	12	14	16	12
CENTRO	35	19	26	36	46	55
DIREITA	27	16	35	28	16	24
NÃO SABE	25	51	27	22	21	9
(N)	(480)	(32)	(217)	(306)	(122)	(51)

Observação: O *survey* foi aplicado a 2.670 eleitores brasileiros, mas a pergunta sobre posicionamento esquerda-direita foi feita a apenas 480 deles.

Fonte: YAN DE SOUZA CARREIRÃO (2002, p.159)

O autor porém, relata que esse posicionamento fica distante da intenção de voto. E acredita que pode haver uma interpretação equivocada do que é direita ou esquerda entre os eleitores de baixa escolaridade, que apesar de se auto localizarem na posição ideológica, não saberiam relacionar esse posição com o voto depositado nos candidatos. Novamente Carreirão avalia que há um grau mediano de associação entre o posicionamento esquerda-direita e o voto (TABELA 15).

TABELA 15 – INTENÇÃO DE VOTO, SEGUNDO POSICIONAMENTO ESQUERDA-DIREITA.
(novembro/97) (%)

INTENÇÃO DE VOTO	POSICIONAMENTO ESQUERDA-DIREITA			TOTAL
	ESQUERDA	CENTRO	DIREITA	
LULA	39,1	20,4	10,9	20,3
CIRO GOMES	7,8	8,4	7,0	7,8
FHC	21,9	31,7	49,2	36,2
SARNEY	14,1	10,8	17,2	13,6
ENÉAS	7,8	7,8	3,1	6,1
BRANCO/NULO/NÃO SABE	9,4	21,0	12,6	15,9
TOTAL (N)	(64)	(167)	(128)	(359)

Observação: O *survey* foi aplicado a 2.670 eleitores brasileiros, mas a pergunta sobre posicionamento esquerda-direita foi feita a apenas 480 deles. Destes, 121 (25%) não se posicionaram naquela escala.

Fonte: YAN DE SOUZA CARREIRÃO (2002, p.160)

Em 1998, mais uma vez a avaliação do Plano Real, influenciaria a decisão do voto, segundo Carreirão. Até porque a avaliação de FHC esteve muito ligada ao plano econômico, dessa forma o posicionamento ideológico e as preferências partidárias prévias dos eleitores, teriam pequena parcela de influência no resultado. A escala a seguir mostra que entre os eleitores que avaliaram o Plano Real como bom, a grande maioria dos posicionados à direita, pretendia votar em FHC, 60%, 52% entre os do centro e mesmo entre os à esquerda, 39% votariam no candidato FHC o dobro dos intencionados a votar em Lula, 19%. A intenção de voto, de qualquer forma estava associada a avaliação do Plano Real, já que os que avaliaram o plano econômico como ruim votariam contra FHC. Para Carreirão, não há dúvidas de que o plano econômico fez diferença na decisão dos eleitores (TABELA 16).

TABELA 16 – INTENÇÃO DE VOTO, SEGUNDO AVALIAÇÃO DO PLANO REAL, CONTROLADA PELO POSICIONAMENTO NA ESCALA ESQUERDA-DIREITA. (novembro/97) (%)

POSICIONAMENTO ESQUERDA-DIREITA	INTENÇÃO DE VOTO	AVALIAÇÃO PLANO REAL (P/ PAIS)			TOTAL (%)
		RUIM	INDIFERENTE	BOM	
ESQUERDA	FHC	0	19	39	23
	LULA	59	56	19	39
	SARNEY	18	6	16	14
CENTRO	FHC	5	13	52	32
	LULA	32	26	14	20
	SARNEY	14	13	8	11
DIREITA	FHC	30	35	60	50
	LULA	15	15	9	11
	SARNEY	25	31	11	18

Observação: Os percentuais foram “arredondados”. A diferença entre 100% e o somatório, em cada coluna (no interior de cada posição no espectro esquerda-direita), representa a porcentagem de eleitores que pretendiam votar em outros candidatos, votar em branco ou nulo, ou ainda não sabiam em quem iriam votar.

Fonte: YAN DE SOUZA CARREIRÃO (2002, p.168)

Carreirão, admite que as análises não foram precisas, mas servem de base para um posicionamento do eleitorado brasileiro, que usa a distinção entre direita e esquerda para situar-se no campo político. Desta forma, as análises feitas pelo autor a concentração está na posição ideológica do centro que teria de 35% a 41%, à direita estariam 24% à 27%, e entre 13% e 14% do eleitorado estava à esquerda. A ressalva é de que a medida que cresce a escolaridade as posições mudam, entre os indivíduos de nível superior, os centristas representariam de 55% a 68%, e os posicionados à esquerda somariam de 19 a 24%. Já o eleitorado de baixa renda, aparece majoritariamente à direita ou ao centro, à esquerda ficaria com 11 a 12% dos eleitores.

Quanto a interpretação dos eleitores sobre a utilização dos termos esquerda e direita, em média 42% dos eleitores não conseguiram verbalizar qualquer significado para os conceitos, o percentual de respostas razoáveis seria de 32%. Mas mesmo quando analisada essa posição, há diferenças no posicionamento e o voto. AS respostas que poderiam ser consideradas como adequadas, aumentam com o grau de escolaridade.

Em linhas gerais, de 54% dos eleitores que sem escolaridade que se posicionam na escala, as associações para o voto não se repetem. Entre aqueles que até o primeiro grau incompleto, a posição e voto possuem uma consistência fraca ou moderada, segundo Carreirão. Por outro lado, entre aqueles tem nível

superior, apenas 8% não se posicionaram na escala e entre os restantes 92% intitulados entre direita, esquerda e centro, a correlação com o voto é substancial e considerada forte.

5. CONCLUSÃO

Ao analisar os resultados das pesquisas realizadas no período eleitoral, é possível afirmar que os eleitores brasileiros não estão, na totalidade, alheios as questões políticas. Mas apenas uma pequena parcela tende a votar ideologicamente, mesmo que as influências em cada pleito, sejam variáveis, há uma representação político partidária, entre os mais escolarizados. O exemplo da eleição de Caxias do Sul, em 1976, considerado um município politizado, indica que os eleitores apesar de baixa renda, entendiam o que representava a proposta da esquerda, ou seja, mesmo dentro de uma classe menos abastada, os eleitores tinham noção da ordenação política e agiam de acordo com seus interesses. Já no exemplo de 1989, quando Collor vence a eleição, entende-se que em âmbito nacional, com uma parcela maior de quem não saberia se posicionar entre esquerda e direita, assim também a leitura das propostas dos candidatos não era coerente pelos eleitores de baixa renda, que compraram as ideias do candidato populista, sem ter noção se de fato seriam beneficiados.

Nossa intenção foi analisar se é possível dividir o eleitorado brasileiro entre direita e esquerda e conclui-se que sim, apesar do pouco detalhamento das pesquisas eleitorais sobre o tema, os pesquisadores interpretaram questões próximas da ideologia e conseguem observar o comportamento a partir de detalhes que também indicam que a qualidade da informação depende do grau de escolaridade do indivíduo para que possa interpretar as reais propostas apresentadas a ele.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda, razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: Unesp, 1995.

CAMARGO, Malco Braga. **Economia e Voto: Fernando Henrique versus Lula, 1998.** 1999. in TELLES, Helcimara de Souza e LUCAS, João Ignácio (Orgs.). **Das Ruas às Urnas, partidos e eleições no Brasil contemporâneo.** Caxias do Sul: Educs. 2003.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais.** Florianópolis: Ed. da UFSC; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

CONVERSE, Philip. **A Natureza dos Sistemas de Crenças em públicos de massa. Ideologia e Descontentamento. Apter, David (org.).** In internet acessado em 10 de agosto 2013, 1964.

DOWNS, Anthony. **Um teoria econômica da democracia.** Edusp, 1999.

FIGUEIREDO, Marcus F. **A Teoria Psicológica do Comportamento Eleitoral: O modelo de Michigan da Decisão Eleitoral.** Tese de doutorado, 1991.

MACHADO, Mônica M.; REIS, Fábio Wanderley. **Democracia, Civismo e Cinismo: Um estudo empírico sobre normas e racionalidade.** Rev. bras. Ci. Soc.vol.16no.45. São Paulo, 2001. In internet acessado em 15 de maio de 2010.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994.** São Paulo: Ed USP, 1999.

TRINDADE, Hégio; e CEW, Judson de. **As eleições municipais de 1976 de Caxias do Sul.** in REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro.** São Paulo: Símbolo, 1978.